

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DO ESTADO DE ALAGOAS
(SEPLAG/AL)

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE
AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL E DE
AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS
(SEFAZ/AL)

Justificativas de alteração do gabarito de itens
(com base nos modelos de provas disponíveis no *site* do Cebraspe)

CARGO 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
44	E	-	Deferido com anulação
O item deve ser anulado, uma vez que o erro de grafia no item prejudicou o seu julgamento objetivo.			
71	E	-	Deferido com anulação
A redação do item prejudicou o seu julgamento objetivo.			
72	C	-	Deferido com anulação
A redação do item prejudicou o seu julgamento objetivo.			
101	C	-	Deferido com anulação
O item deve ser anulado, pois não foi especificado que o aumento da dívida mobiliária se daria em montante superior às despesas com capital.			
115	C	-	Deferido com anulação
A assertiva, equivocadamente, ignora as disposições que apresentam exceções à ordem cronológica de apresentação dos precatórios, motivo pelo qual opta-se pela anulação.			
126	C	-	Deferido com anulação
O item deve ser anulado, uma vez que a redação do item pode ter levado os candidatos ao equívoco com o controle interno exercido pelo Poder Executivo.			
135	C	-	Deferido com anulação
A redação do item prejudicou o seu julgamento objetivo.			
154	C	-	Deferido com anulação
O item deve ser anulado, uma vez que não especifica se se trata de variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas.			

CARGO 2: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
53	C	-	Deferido com anulação
O item deve ser anulado, uma vez que o erro de grafia no item prejudicou o seu julgamento objetivo.			
119	C	-	Deferido com anulação
O item deve ser anulado, visto que a redação possibilitava mais de uma interpretação.			

125	C	-	Deferido com anulação
O item deve ser anulado, pois não informou se, na situação hipotética, o consumidor final do produto era contribuinte ou não do ICMS.			
158	E	C	Deferido com alteração
De fato, as unidades federadas são autorizadas a estabelecer a obrigatoriedade da utilização da NF-e, a qual será fixada por intermédio de protocolo ICMS, que será dispensado na hipótese de contribuinte não inscrito no cadastro do ICMS de uma única unidade federada.			